

A TRAGÉDIA DO TERREIRO DO PAÇO NA IMPrensa RIO-GRANDINA (FEVEREIRO DE 1908)

Reto Monico*

Resumo: O duplo regicídio de 1 de fevereiro de 1908 foi notícia de primeira página nos jornais internacionais. A imprensa de Rio Grande não constitui uma exceção. Todos os periódicos rio-grandinos lamentam a morte de D. Carlos e de D. Luís Filipe e admiram a coragem da rainha. Não só a condenação do duplo assassinato é total, mas encontram-se muitos artigos favoráveis ao penúltimo rei de Portugal. As únicas críticas são dirigidas aos regicidas, aos anarquistas, e, em dois jornais, a João Franco e aos partidos monárquicos portugueses.

Palavras-chave: D. Amélia, D. Carlos, João Franco, imprensa, Rio Grande.

Résumé: En février 1908, le double régicide de Lisbonne occupe la Une des journaux mondiaux pendant quelques jours et la presse de Rio Grande ne constitue pas une exception. Tous les journaux de la ville regrettent la mort de D. Carlos et celle de son fils et admirent le courage de la reine. La condamnation de ce double assassinat est sans réserve et l'on trouve même plusieurs articles favorables à l'avant-dernier roi du Portugal. Les seules critiques sont adressées aux régicides, aux anarchistes et, dans deux journaux, à João Franco ainsi qu'aux partis monarchistes portugais.

Mots-clé: Amélie d'Orléans, Carlos 1^{er} de Portugal, João Franco, presse, Rio Grande.

* Doutor pela Universidade de Genebra. retomonico@gmail.com

O rei D. Carlos sobe ao trono em outubro de 1889 depois da morte de D. Luís, quatro semanas antes da proclamação da República no Rio de Janeiro. Nos primeiros anos do seu reinado tem que enfrentar várias crises e nomeadamente um grave conflito com a Inglaterra provocado pelo *Ultimatum* do governo de Lord Salisbury em janeiro de 1890, uma crise financeira e económica.

No plano político, o rei volta ao rotativismo em 1893, a alternância no poder entre o Partido Regenerador, de Hintze Ribeiro, e o Partido Progressista, de José Luciano de Castro. Como escreve Fernando Rosas, estes dois partidos — «indistintos» no plano político e ideológico — são «associações essencialmente clientelares e distribuidoras de sinecuras nos respectivos turnos de governação» (ROSAS, 2011, p. 23). Este sistema oligárquico exclui do poder a classe média urbana, os modernos partidos políticos¹, o emergente movimento operário.



FIGURA 1 – Hintze Ribeiro (1849-1907), chefe do Partido Regenerador. Presidente do Conselho de fevereiro de 1893 a fevereiro de 1897, de junho de 1900 a outubro de 1904, de março de 1906 a maio de 1906. [*Ilustração portuguesa*, 12 de agosto de 1907]

¹ O Partido Socialista é fundado em 1875; o Partido Republicano (PRP) no ano seguinte.



FIGURA 2 – José Luciano de Castro (1834-1914), chefe do Partido Progressista. Presidente do Conselho de agosto de 1886 a janeiro de 1890, de fevereiro de 1897 a junho de 1900, de outubro de 1904 a março de 1906. [*Ilustração portuguesa*, 16 de dezembro de 1907]

Por diversas razões [divisões internas², contestação vinda «de baixo» (ROSAS, 2011, p. 17-20) por parte das classes médias e operárias sob a direção do PRP, sem esquecer os vários escândalos], o rotativismo entra na sua fase final na viragem do século. Por outras palavras, o regime não consegue reformar-se, bloqueando «a democratização do poder» (FERNANDES, 2014, p. 46) e aumentando os protestos, nomeadamente dos republicanos.

Em maio de 1906, o rei colocaentão no poder João Franco, que, no entanto, não tem maioria parlamentar. É por isso que negocia o apoio do partido de José Luciano de Castro.

Franco quer implantar reformas, discutindo tudo no Parlamento. Um dos seus maiores objetivos é a transparência e a moralização na vida pública, mas as medidas de fundo não aparecem. Em novembro, aplicando o primeiro destes

² Em 1901, João Franco funda o Partido Regenerador Liberal; em 1905, José de Alpoim a Dissidência Progressista.

dois adiantamentos à família real. A oposição monárquica — mesmo os que no passado autorizaram estes empréstimos — censura o governo, e os republicanos não deixam passar esta oportunidade para atacar o regime. A 20 de novembro, Afonso Costa é expulso do hemiciclo por ter dito e repetido: «Por muito menos crimes do que os cometidos por D. Carlos I rolou no cadafalso, em Franca, a cabeça de Luís XVI». O poeta Guerra Junqueiro publica um artigo muito violento no jornal portuense *A Voz Pública*, a 2 de dezembro, que lhe valerá uma multa de 50.000 réis, mas que não o impedirá de tratar o soberano de porco.



FIGURA 3 – João Franco (1855-1929), chefe do Partido Regenerador Liberal. Presidente do Conselho, de maio de 1906 a fevereiro de 1908. [*Ilustração portuguesa*, 30 de dezembro de 1907]

A crise final rebenta na primavera de 1907, nomeadamente porque o Partido Progressista recusa continuar a apoiar o executivo. Logicamente, João Franco devia cair, mas o rei decide dissolver o Parlamento sem convocar de imediato novas eleições. Este período (maio de 1907 – janeiro de 1908) é a chamada «ditadura de João

Franco», termo que hoje pode parecer excessivo, sobretudo pensando nas verdadeiras ditaduras dos anos 20 e 30 do século passado.

São, de qualquer forma, meses muito agitados, com a greve académica de Coimbra, que se transforma num movimento contra o governo, na primavera de 1907. As polémicas suscitadas pelo decreto de 30 de agosto de 1907, que elimina as dívidas da Casa Real, decreto com o qual D. Carlos não está de acordo, deitam mais lenha na fogueira. Os outros partidos monárquicos e os republicanos lançam duros ataques contra o gabinete de Franco. Durante estes meses, não dão tréguas ao chefe do governo, apesar do endurecimento das leis sobre a imprensa. Uma entrevista dada pelo monarca ao jornalista Jean Galtier e publicada pelo diário parisiense *Le Temps* a 14 de novembro de 1907, na qual reitera o seu apoio a Franco e manifesta um certo desprezo pela oposição, acicata ainda mais os ânimos.



FIGURA 4 – Família real em Vila Viçosa (final de janeiro de 1908)
[Coleção particular]

O presidente do Conselho marca o novo ato eleitoral para o dia 5 de abril de 1908. Sabemos que, na altura, o partido do governo ganhava sempre as eleições. Por isso, esta perspectiva assustava os dois partidos tradicionais e também o PRP. Com o rei no Palácio de Vila Viçosa, onde se dedica principalmente à caça, fracassa a 28 de janeiro uma tentativa revolucionária, nomeadamente, porque os chefes da conspiração se reúnem junto ao elevador da Biblioteca, no Largo do Pelourinho, avariado há vários dias, o que leva o guarda do edifício a ficar intrigado por ver entrar tantas pessoas. Há tiroteio, algumas explosões, um policial é morto e 120 pessoas são detidas. João Franco propõe, então, a D. Carlos, um decreto de expulsão dos revoltosos e a sua deportação para as colônias. Para os revolucionários é a gota que faz transbordar o vaso.

* * * * *

A 1º de fevereiro, cerca das 17 horas, a família real, de regresso do Alentejo — onde, na véspera, o rei assinara o referido decreto — desembarca na Estação Fluvial da Praça do Comércio. Quando a carruagem real chega ao início da rua do Arsenal é alvo de um tiroteio que acaba com a vida do rei e de D. Luís, o príncipe herdeiro. O futuro rei, D. Manuel, fica ferido, a rainha D. Amélia, sai ilesa. Dois regicidas, Manuel Buíça — que dá os golpes fatais com a sua carabina *Winchester* — e Alfredo da Costa — que dispara, pelo menos, dois tiros com a sua pistola, apoiando-se do estribo do *landau* —, são abatidos pela polícia, que mata também um inocente, João Sabino da Costa. Em poucos minutos Lisboa transforma-se numa cidade fantasma.

A questão dos mandantes e da eventual participação de outros regicidas — fala-se de, pelo menos, quatro homens que estiveram no Terreiro do Paço — ainda hoje, mais de um século depois da tragédia, continua a aguardar uma resposta exata. Os dois regicidas eram membros de uma loja maçónica

e tinham contatos com os chefes republicanos, mas não sabemos, com certeza absoluta, por exemplo, se agiram sozinhos ou se faziam parte de uma mais vasta conjura. Todo o conteúdo do processo judicial acerca do crime do Terreiro do Paço desapareceu misteriosamente. Pensa-se, evidentemente, nos anarquistas, nos republicanos e também nos próprios partidos monárquicos, afastados do poder pela política de João Franco, graças ao indefetível apoio do rei.

Nos dias e meses a seguir ao drama de Lisboa ninguém parece interessado em apurar a verdade. A palavra na moda é «acalmação», uma coligação de políticos não envolvidos com a ação de João Franco querem «acalmar» a vida política e a quem o novo rei dará a sua caução. Investigar os factos poderia implicar alguns membros desta nova coligação no poder, pois podiam ter algo que ver com a tragédia de 1º de fevereiro.

Für Wien mit Zustellung ins Haus monatlich 1 Krone 30 Heller Preis 2 Kr. = 4 Heller Für die Provinz mit Zustellung ins Haus monatlich 1 Krone 60 Heller

Die Neue Zeitung

Illustriertes unabhängiges Tagblatt

Redaktion: Wien, III. Seidgasse 8. Erscheinung täglich um 6 Uhr früh. Administration: III. Rollergasse 7. Telefon 3214. An Wensagen um 12 Uhr mittags. Telefon 3215.

Nr. 34 Wien, Dienstag, den 4. Februar Jahrgang 1908

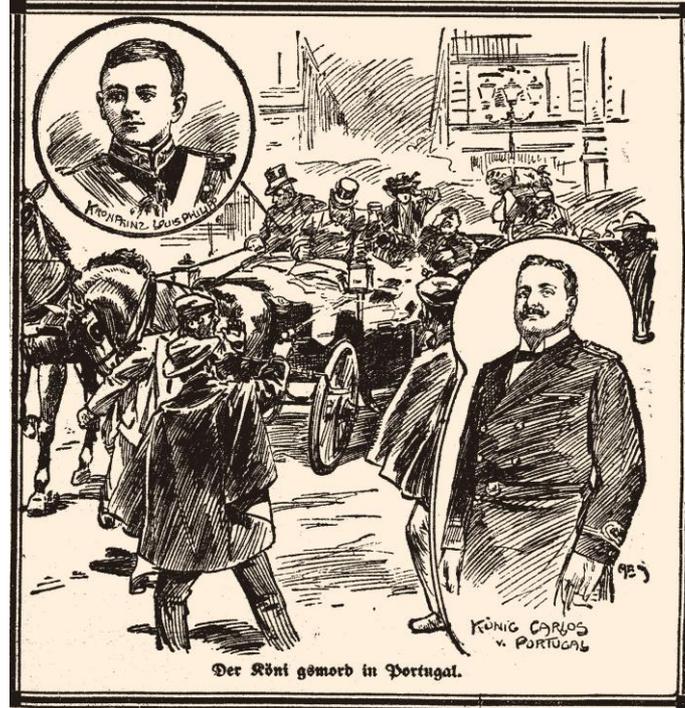


FIGURA 5 – Reconstituição do regicídio no vienês *Die Neue Zeitung* de dia 4.



FIGURA 6 – Outra reconstituição, no suplemento ilustrado do parisiense *Le Petit Journal* de dia 16.

D. Manuel, com apenas 18 anos, é nomeado rei. No dia seguinte, manda chamar João Franco e pede-lhe que não contrarie a sua intenção de formar um novo governo com os dois partidos rotativos chefiados pelo contra-almirante

Joaquim Ferreira do Amaral. É o fim da carreira política do último chefe de governo de D. Carlos, que terá de sair do país três dias depois, rumando à Espanha, Itália e França. Uma parte da classe política considera-o culpado do sucedido por causa da sua intransigência política e por não ter sabido proteger a família real. Todos os seus decretos são anulados e os conspiradores de 28 de janeiro saem de novo em liberdade.

No mesmo dia 2 de fevereiro são embalsamados os corpos de D. Carlos e de D. Luís Filipe, cujo funeral se realiza seis dias depois. É preciso realçar o fato de que pouca gente parece chorar a morte do monarca. A imprensa lamenta, mas não condena o atentado. Por outro lado, muita gente visita na morgue os corpos dos dois regicidas mortos no Terreiro do Paço. As suas campas são cobertas de flores. Os seus retratos são vendidos nas ruas e podem ser vistos nas montras da Baixa lisboeta. A imprensa republicana promove uma subscrição para os filhos do homem barbudo de capote e carabina *Winchester*, Manuel Buíça, que, nos anos seguintes, os republicanos comemorarão como grande patriota, juntamente com Alfredo da Costa.

* * * * *

Na primeira semana de fevereiro de 1908, o assassinio de D. Carlos e de D. Luís Filipe é manchete na esmagadora maioria dos periódicos do mundo inteiro. Durante alguns dias — cerca de duas semanas, se falarmos da imprensa brasileira e da espanhola também —, Portugal, praticamente esquecido depois da crise do *Ultimatum* de 1890 pelos jornalistas da imprensa internacional, torna-se o centro do mundo (VIEIRA & MONICO, 2007), graças à nova rede de transportes e de comunicações (telégrafos, cabos submarinos, navegação a vapor, caminhos de ferro) que reduz as distâncias entre países e continentes. Em poucas horas, as principais cidades do

mundo estão ao corrente desta tragédia, como aconteceu, por exemplo, depois do atentado de Monza de 1900 — onde foi morto também a tiro o tio de D. Carlos — ou, em junho de 1903, depois do macabro atentado de Belgrado. «Alguns historiadores falam [...], para caracterizar esta época, de uma “primeira globalização”» (RAMOS, 2007, p. 5).

Em 1908, poucos jornais têm um correspondente permanente na capital lusa. Alguns residiam em Madrid. Logo que a notícia chega às redações, os principais jornais — nomeadamente os ingleses, os franceses, os espanhóis e os italianos — organizam a viagem de enviados especiais a Portugal, entre os quais há redatores, diretores, algum fotógrafo e até um desenhador, do semanário ilustrado inglês *The Sphere*. Não havendo fotografias do atentado, vários jornais publicam imagens do local do crime e das personagens mais importantes. Nos periódicos desta primeira quinzena de fevereiro encontram-se também muitas ilustrações que tentam reconstituir, de uma maneira mais ou menos fantasiosa, as circunstâncias do duplo regicídio.

Feuille d'Avis de Lausanne

PRIX D'ABONNEMENT
 Le Feuille d'Avis de Lausanne
 est vendu à l'unité
 à raison de 50 centimes
 par an, 5 fr. 00
 par trimestre, 1 fr. 50
 On peut s'abonner dans les
 bureaux de poste.
 Chèques en l'ordre de 50 »

ET RÉSUMÉ DES NOUVELLES
 PARAISSANT TOUS LES JOURS EXCEPTÉ LE DIMANCHE
 PRIX DU NUMÉRO 5 CENTIMES

PRIX D'INSERTION
 Les annonces sont reçues
 à la direction du Feuille d'Avis de Lausanne
 à la condition que les lettres
 accompagnent les annonces
 et qu'elles soient
 adressées au n° 14, rue
 de la Chapelle

Les abonnements et annonces sont payables d'avance. — Les lettres et envois doivent être adressés
 à la direction du Feuille d'Avis de Lausanne

Bureaux d'Administration et de Rédaction : Place de la Palud, 22, vis-à-vis de la fontaine

RÉVOLUTION AU PORTUGAL

Le Roi et le Prince royal tués.
 Le second fils du roi grièvement blessé.

Lisbonne, 2 février.

Hier soir, samedi, comme le roi de Portugal don Carlos rentrait à Lisbonne avec sa famille, il a été accueilli par une fusillade.

Le roi et le prince royal ont été tués.

Le second fils du roi a été grièvement blessé.

La reine est saine et sauve.

Trois des régicides ont été tués sur place par la foule indignée.

L'émoi est énorme dans tout le Portugal. On craint un soulèvement général.

Le roi Carlos de Portugal, de la maison de Cobourg, était âgé de 44 ans. Il avait épousé la princesse Amélie d'Orléans, fille du comte de Paris.

Il était depuis deux ou trois ans en butte à une hostilité très vive. Le Parlement portugais lui avait refusé une augmentation de sa liste civile. Sur quoi, il avait pris comme premier ministre M. Franco, qui, il y a près d'une année déjà, avait dissous le Parlement.

Soutenu par le roi, M. Franco a gouverné toute l'année 1907 en dictateur. Pressé par l'opinion publique, il avait dû ordonner de nouvelles élections, qui devaient avoir lieu en mai. Mais, ces jours-ci, il avait fait arrêter ses principaux adversaires, du parti progressiste et du parti républicain.

Il faut chercher dans ce mécontentement la cause, si non la justification du crime, qui, malgré tout, reste profondément odieux.

FIGURA 7 – Boletim do quotidiano suíço *Feuille d'Avis de Lausanne* distribuído logo na manhã de dia 2.



FIGURA 8 – Primeira página do diário republicano madrileno *Espanha Nueva* (tarde do domingo dia 2).

Os editoriais e os comentários jornalísticos procuram explicar as causas do duplo regicídio. Os jornais de esquerda, republicanos, socialistas e anarquistas, na sua grande maioria, vêm em D. Carlos e em João Franco os principais responsáveis do sucedido. Alguns comentários deixam transparecer muita simpatia para com os assassinos.

Do outro lado do xadrez político, a imprensa conservadora e filo-monárquica defende com vigor a política do antigo presidente do Conselho, acusando tanto os republicanos como os partidos monárquicos do rotativismo de terem contribuído, em grande parte, para a degradação do clima político. Os jornais mais à direita acusam a política liberal de D. Carlos, que deixou demasiada liberdade aos antimonárquicos.

Só os periódicos liberais e alguns raros diários católicos ou de centro-esquerda dão uma visão mais matizada, procurando enumerar as responsabilidades dos vários atores da vida política portuguesa.

1. Luto na cidade³

A população de Rio Grande recebe a notícia do duplo assassinato no domingo dia 2 de fevereiro à hora do almoço. O *Eco do Sul* é o primeiro a informar afixando à pedra e fazendo distribuir pela cidade o seguinte boletim que reproduz um telegrama vindo da capital onde a Legação portuguesa foi informada pouco depois da meia-noite:

GRAVE
SITUAÇÃO DE PORTUGAL
ASSASSINATO DO REI E DO INFANTE
Boletim do «Eco do Sul»
RIO, 2, (à 1 hora da tarde)
— O Rei D. Carlos e o príncipe herdeiro foram assassinados, às cinco horas da tarde de ontem, a tiros de carabina, no Terreiro do Paço, quando regressavam de Vila Viçosa.
O infante D. Manuel, filho do rei D. Carlos, foi aclamado soberano de Portugal.
A Rainha D. Amélia saiu incólume.
Faltam outros pormenores.
A legação portuguesa desta capital só recebeu estas notícias à 1

³ Jornais consultados : *Artista. Eco do Sul, Diário do Rio Grande, O Tempo, O Intransigente.*

hora da madrugada.

N. da R. — Dada a importância do caso, telegrafámos para o Rio de Janeiro, pedindo a confirmação destas notícias, bem como pormenores, se os houver.

O Intransigente, na sua edição de dia 4, reivindica o facto de ter sido o primeiro jornal da tarde a circular segunda-feira dia 3 e afirma ter afixado também o «primeiro recado» no domingo dia 2 à mesma hora que o *Eco do Sul*, acusando o colega de «má vontade contra esta folha»⁴. Por seu lado, *O Tempo*, como o diário de Pelotas *Reforma*, faz prova de muita prudência porque espera a confirmação da notícia antes de difundi-la. Essa chega quando toda a gente já está aocorrente do sucedido.

Para poder satisfazer os leitores, todos os diários rio-grandinos têm que aumentar a tiragem durante esta semana. No dia 3, o *Eco do Sul* vende rapidamente os mil exemplares que tirou a mais e, às 8 da noite, «tem que tirar uma segunda edição para atender aos compradores que afluíam em massa» à oficina do jornal e também para serem vendidos fora da cidade. No dia seguinte, todos os números são vendidos. Naquele dia, algumas pessoas lucraram com este interesse do público porque compraram muitos exemplares ao preço de 100 réis, jornais que foram vender em outras zonas da cidade pelo dobro!

O Tempo, a 8, escreve também que as edições dos dois dias anteriores, com os retratos de D. Carlos e de D. Luís a 6 e de D. Amélia e de D. Manuel à 7, se esgotaram rapidamente. A 11, o mesmo jornal assinala que à porta do escritório estão expostos «um desenho topográfico do desembarque ao local do atentado», retratos de D. Manuel, do novo chefe do governo, Ferreira Amaral, e de outros políticos

⁴ Na sua edição de dia 3, o *Eco do Sul* escreve que *O Intransigente* só informou o público a partir das 4 da tarde.

portugueses: «Esses desenhos têm atraído muitíssimo a curiosidade pública».

O público rio-grandino, informado rapidamente e com algum pormenor sobre os trágicos acontecimentos que decapitaram a dinastia brigantina, reage com estupor e tristeza e, já no dia 2 manifesta o seu pesar quer no livro de condolência do consulado, quer diretamente ao Cônsul Machado o qual, na tarde do mesmo dia visita as várias redações para lhes comunicar nomeadamente a confirmação da veracidade dos factos.

Mas as manifestações de pesar são muito mais numerosas. O Cassino suspende os divertimentos, muitas lojas (e não só as de portugueses) fecham durante três dias, a banda municipal também decide cancelar os concertos. A 3, uma reunião da «diretoria e conselho da Associação dos Empregados no Comércio é encerrada em homenagem ao lutuoso sucesso de Lisboa» (*O Intransigente*, 4 de fevereiro). Muitos edifícios põem os pavilhões a meia haste: todas as repartições públicas, federais e municipais, os navios no porto, sociedades, como o Clube carnavalesco ou o Clube Saca-Rolhas, os vários consulados, várias casas comerciais e muitas casas particulares.

Os representantes da colónia portuguesa, da Sociedade portuguesa de Beneficência e do Congresso português reúnem-se quarta-feira dia 5. Propõem construir uma enfermaria denominada D. Carlos I e de «mandar celebrar exéquias no 30º dia da morte trágica daquele príncipe, atendendo ao carácter religioso do povo português» (*Eco do Sul*, 6 de fevereiro). Naquela mesma noite, abrem uma subscrição que em pouco tempo chega a 5 contos de réis.

Os diários consultados dão também notícias das reações em outras cidades, e nomeadamente em Pelotas, Bagé, Porto Alegre e, naturalmente, no Rio de Janeiro: as manifestações de pesar são comparáveis àquelas que ocorrem na cidade de Rio

Grande. Na capital do Estado, onde a notícia chega às 3 da madrugada de domingo, por exemplo, nas sedes dos vários jornais a bandeira brasileira é hasteada em funeral. Sempre em Porto Alegre, a «Associação dos empregados no Comércio retirou as bandeiras que tinha posto para festejar o seu aniversário e pôs a meia haste o seu estandarte» (*Diário do Rio Grande*, 6 de fevereiro). Uma sociedade dramática adia a sua representação de uma semana (*O Tempo*, 6 de fevereiro).

Esta tristeza, estas manifestações de pesar nestas cidades do Sul do Brasil contrastam visivelmente com o ambiente que encontram os correspondentes que chegam a Lisboa poucos dias depois do regicídio: «O povo português parece que acolheu com total indiferença a morte do seu monarca. E parece também que essa indiferença se alarga a todos», escreve, por exemplo, o diretor do *ABC* de Madrid numa carta enviada de Lisboa, a 6 de fevereiro.

2. Nada justifica o crime

Todos os cinco diários condenam o duplo atentado, sem nenhuma reserva, como *O Tempo* de dia 3 que fala de «nefando atentado» e de «bárbaro assassinato» ou o *Eco do Sul* no editorial de 3 de fevereiro. Não existe nenhuma ideia, nenhuma ideologia que possa fundamentar tal crime:

Qualquer triunfo ganho por tal preço, não significa isso, mas apenas derrota brutalíssima no campo ubérrimo da moral. [...] Não temos expressões bastante severas para verberar o nefando crime, como igualmente não possuímos frases satisfatoriamente precisas para testemunhar todo o nosso sentimento de profundíssimo pesar pela morte trágica de D. Carlos e seu filho.

O mesmo quotidiano, no dia seguinte, denuncia «o crudelíssimo choque, que veio abater o ânimo varonil da gloriosa Lusitânia», nação irmã pelo sangue e «pelo belo

idioma». Eles não mereciam esta morte, continua o articulista, que recusa a violência como arma de combate político, citando, como dois exemplos, a queda de D. Pedro II em 1889 e, também, «a força de vontade férrea dos 40 conjurados» que, em 1640 derribaram «o jugo de Castela».

A 5, o *Eco do Sul* volta ao assunto para defender a ideia republicana que é «popular», que se impõe na base de «soluções conciliatórias», sempre «contrárias aos meios violentos». O sangue derramado não pode estar na origem de «nenhum princípio».

Nesta ampla condenação dos autores dum plano «tão tenebroso» (*Diário do Rio Grande*, 4 de fevereiro), os vários analistas tentam perceber quem foram os assassinos. O povo português não tem culpa, afirma o *Diário de Rio Grande*, a 4, que não pode imaginar que os assassinos sejam portugueses. Se é português, afirma o mesmo editorialista, então este indivíduo «não pode possuir um espírito são» e terá andado em conflito com o coração da alma lusa.

O *Artista*, dois dias depois do regicídio, é mais categórico: «Felizmente, não foram portugueses os autores dessa selvajaria, que degrada essa raça de homens, que são o produto das mais funestas das seitas, regozijando-se com a desgraça que enluta milhares de corações, dominados pelas dores as mais martirizantes». Os autores são os anarquistas perversos e fanáticos.

Da mesma opinião é *O Intransigente* que acusa também o anarquismo de ter sido «o principal fator do trágico acontecimento» (*O Intransigente*, 3 de fevereiro). Esta hipótese permite ao jornalista de declarar que os republicanos ficam livres «dessa mancha». Dez dias mais tarde, o mesmo periódico publica um longo artigo sobre o mesmo tema. Embora não se tenha apurado a verdade, o facto dos republicanos terem sido «postos em liberdade» confirma que este jornal tinha razão em defender os chefes republicanos

portugueses. O articulista escreve mesmo que *O Intransigente* foi «o único jornal que, nesta cidade, não lançou a responsabilidade do monstruoso delito aos democratas, atribuindo-o de preferência ao anarquismo».

Este jornal, como vimos, não é o único a falar da responsabilidade dos anarquistas. Porém é neste diário que encontrei a hipótese de os «próprios partidos monárquicos adversos à política opressora do chefe do gabinete que instituiu a ditadura» terem tido um papel na organização do trágico evento.

O editorialista conclui a sua análise sublinhando como por toda a parte, que a instituição monárquica «atravessa a crise final». As famílias reais só ficam no poder graças à força militar.

Na sua edição de dia 8 de fevereiro, o *Eco do Sul* está convencido, como Guerra Junqueiro, que este atentado irá atrasar «por muitos anos o advento da república em Portugal». Os «recursos extremos» adotados pelo governo dirigidos por João Franco eram uma prova que o regime estava à beira do fim e que «o triunfo inevitável dessa causa liberal», estava a chegar. Mais uma razão para reprovar energicamente o crime cometido:

Mas a nada atenderam os fanáticos, que os há em todas as agremiações.

Quiseram eles, insensatamente, apressar, por meios violentos e incompatíveis com a natureza da causa esposada, o grandioso evento da proclamação da república.

E, assim vieram prejudicá-lo visceralmente, não só pela odiosidade que o regicídio despertou dentro e fora de Portugal, como pelos efeitos contrários que determinou, perante as medidas de represália e a condenação numerosa de muitos republicanos ilustres não inclinados ao exercício de processos criminosos para obtenção de fins puros e alevantados.

3. D. Carlos

Como muitos periódicos mundiais, também os da cidade de Rio Grande publicam vários comentários e breves biografias sobre o rei assassinado. Todos falam da grande cultura, os seus dotes de artista, nomeadamente na pintura, nos estudos oceanográficos e no campo das letras como da música, além das suas qualidades como atirador e como desportista. Era também um espírito liberal e tolerante, nota o *Diário do Rio Grande*, que cita como exemplo o facto do rei falecido ter apreciado certos escritores como Guerra Junqueiro ou Luís de Magalhães, apesar de estes terem sido seus adversários decididos.

D. Carlos teve também que enfrentar várias crises políticas, nota o *Artista* a 12 de fevereiro. «Venceu-as todas, pela persuasão, pela sedução, pela repressão nunca inclemente», afirma o editorialista rio-grandino, que também põe em evidência o facto de Portugal ter conseguido «manter as suas colónias» em África. Apesar do plano inglês, «o governo português conseguiu pela diplomacia salvar as conquistas». O ex-rei teve uma «indispensável» educação militar, mas, contrariamente a outros monarcas do continente, nunca foi «um soberano militarista».

O Tempo, a 7, realça também as dificuldades, «que surgiram de todos os lados», nos primeiros anos do reinado deste rei inteligente, grande orador, «bondoso, popular e por fim mártir». Por outro lado, o jornalista considera que as campanhas da África — onde o povo português pode dar prova das «qualidades altas e sublimadas que o tinham assinalados na história» — marcaram «o primeiro estádio glorioso do seu reinado» e surgiram «no momento em que se tornava urgente e inadiável esta divisa nacional: esperança no futuro».

Inevitavelmente, os analistas tratam dos factos mais recentes e, nomeadamente, do último ano, com o regime de

ditadura já referido. O *Artista*, no artigo acima citado, é muito prudente: «Não conhecemos bastante as coisas e os partidos políticos de Portugal para de tão longe julgar com segurança a recente crise em que se achou o reino». Segundo este editorialista, D. Carlos «só procurava o bem do povo» para aliviá-lo e para combater o clientelismo partidário. Afinal, não foi negativa:

A ditadura, e usamos do nome dado à situação, tem sido mais administrativa do que política; fizeram-se reformas, não se fizeram direitos constitucionais.

Sob uma forma irregular, pode-se muitas vezes fazer coisas úteis e boas.

Só ao povo português cabe julgar do que é e do que deve ser melhor.

É o *Eco do Sul* que publica os comentários mais críticos, embora não virulentos, como em alguns periódicos europeus, em relação à política dos últimos meses. A 6, depois de ter condenado o «horrível» atentado, lança um aviso aos ditadores e aos que pensam adotar estes métodos:

Conquanto o hediondo complot anti-realista a todos conforja, provocando a indignação enérgica dos corações bem formados, servirá ele, no futuro, de bússola segura para nortear a diretriz aos governantes que procurarão, do alto da sua onnipotência, fazer predominar o princípio brutal da força, em detrimento das aspirações da massa coletiva.

Os tempos mudaram, os povos evoluíram e não podem ser «tratados como as tribos bárbaras ou os povos semiselvagens». Estamos em «pleno domínio da luz» e os métodos «opressivos» não se justificam e provocam «desespero»: período do «*quero, posso e mando*» já passou». Portugal não é a Rússia.

Porém, o jornalista acha que o que «D. Carlos fez de censurável» corresponde à «meia-dúzia de más ações» dos

verdadeiros déspotas. Durante o seu reinado, por exemplo, o sangue português foi poupado». Este rei «bom e abnegado» não merecia ter morrido assim.

No dia seguinte, o mesmo diário volta a falar do ex-soberano português que teve, como todos, as suas fraquezas. Os erros que cometeu foram devidos quer à precipitação, quer à teimosia, que aos maus conselhos

Dizer que D. Carlos era mau, no sentido perfeito do vocábulo, é não conhecê-lo ao fundo, a través dos seus atos ou da sua vida mais exposta ao juízo alheio.

Se, no último ciclo do seu governo cometeu severidades, estas explicavam-se no profundo receio que lhe trabalhava o ânimo, de ver ruir o trono que lhe fora solenemente confiado.

Mal inspirado, quis D. Carlos sustentar com rigorismo o que talvez conseguisse manter com brandura.

Daí, a dissolução do parlamento, a perseguição à imprensa e aos republicanos, as prisões políticas e outras anormalidades sugeridas por João Franco e sancionadas por S. M. Como o único remédio capaz de resolver a crise do velho reino lusitano.

O articulista lamenta o facto do rei não ter ponderado outras opções, de não ter liberalizado o sistema político e não ter visto o que aconteceu, no passado, aos governantes que se quiseram impor pela força da tirania e do absolutismo. Foi «um erro imperdoável» que fez crescer o descontentamento «em volta da sua pessoa».

João Franco

Três jornais rio-grandinosdebruçam-se sobre as responsabilidades do último chefe do governo de D. Carlos. *O Eco do Sul*, a 5, admite que o governo de João Franco foi prepotente e que tomou medidas excepcionais, mas o chefe do governo agia com o apoio do soberano: por conseguinte, «as responsabilidades subdividem-se». No entanto, eles agiram para defender as instituições, tal como, no Brasil, a

tropa defende o regime republicano. Eles não podiam, afirma ao diário, entregar, sem mais nem menos, o poder aos republicanos. O articulista não quer defender «as perseguições e as violências» atribuídas ao último governo português, mas quer demonstrar que, tanto D. Carlos, como João Franco, «agiram arrastados pela força das circunstâncias e tanto mais se excederam nos atos de exorbitância quanto mais se ativaram os processos de sapa para demolir o trono bragantino». Reitera, mais uma vez, a sua reprovação pelo duplo assassinato mesmo se este abrisse o caminho para favorecer «a vitória da República».

No número seguinte, o mesmo jornal parece mais firme nas suas acusações contra a política do governo de João Franco:

Predominando embora as razões que ontem concatenámos para condenar o vil massacre do rei D. Carlos e de seu filho Luís Filipe, devemos convir que a imprudência do governo português, pretendendo instituir o regime de escravidão, cooperou diretamente para a vigência de uma situação crítica, durante a qual desapareceram os últimos vislumbres do respeito à lei e ao princípio da autoridade.

O Tempo, na sua edição de dia 8, louva a «energia» e a «lúcida inteligência» do ex-presidente do Conselho. João Franco era «honesto», mas «violento». Por outras palavras, quando chegou ao poder em 1906, demonstrou que era ele que mandava e que não teria hesitado em tomar medidas, se elas tivessem sido necessárias. Depois de um ano durante o qual governou respeitando os princípios constitucionais, com a dissolução do parlamento pôs o pé numa engrenagem que iria acabar no dia 1 de fevereiro:

O que foi o governo franquista, as arbitrariedades que praticou no período ditatorial, conhecemos todos pela grita que, quotidianamente, se levantava na nação irmã. João Franco, enérgico em extremo, era inflexível, e os

espancamentos de populares, as prisões de deputados, quer monarquistas, quer republicanos, sucediam-se, e o resultado final desta campanha, intentada por João Franco para se conservar no poder, teve o trágico e sinistro desfecho no covarde assassinato do soberano português e do seu augusto filho.

Também acusatório é o comentário de *O Intransigente* de dia 14. O jornalista refere-se à frase dita por D. Amélia ao ainda 1º ministro, quando este visita os cadáveres régios. A rainha ter-lhe-ia pedido que contemplasse o «resultado da sua obra». Neste caso, parece evidente que a ditadura franquista é a principal responsável dos trágicos acontecimentos. O jornal lamenta este desfecho porque:

a política opressora do primeiro ministro só podia aproveitar à causa dos republicanos, porque enfraquecia o trono, excitando contra a dinastia os partidos monárquicos adversos a essa política de perseguições e que consideravam o Rei como o principal responsável pelos desastres desse governo, acusando-o de se deixar dominar por completo pelo fator principal das medidas de opressão postas em prática.

A República podia ter nascido graças a estas circunstâncias e, dessa forma, podia corresponder às aspirações dos «heroicos republicanos portugueses» que preferem o «terreno nobre das ideias» aos métodos odiosos e aviltantes do assassinato político.

5. D. Amélia

A imprensa de todo o mundo realça a atitude corajosa da bisneta de Luís Filipe. Os jornais do Rio Grande põem em relevo a sua cultura, os seus dotes de aquarelista, o seu gosto literário, a sua bondade, as suas atividades filantrópicas. São textos ainda mais hagiográficos do que os que falam do rei assassinado, como provam os dois poemas publicados a 11 e a 15 pelo *Artista*:

À Rainha D. Amélia

No Terreiro do Paço, às cinco horas da tarde,
Quando da coronal o brilho já não arde,
Na luz crepuscular em que o frio povoa
O confuso vai e vem das ruas de Lisboa,
Da Família Real desliza a carruagem
Por entre a multidão, que se curva à
passagem
Da Rainha, de El-Rei, do Duque de
Bragança
E do Duque de Beja, ainda uma criança.

Nisso, um grupo feroz, como um tufão
violento,
Investe impetuoso, infernal, truculento,
E a tiros de espingarda e revólver —
expiraram
D. Carlos e D. Luís...

Ah! mas enquanto atiram
Contra a Família Real, uma cena gloriosa
Faz recuar de assombro a multidão curiosa:

A sagrada Rainha, Esposa e Mãe, no
instante
Em que sente baleado o coração amante
E o seio maternal, como se uma só bala
Sugasse todo o mel que o sentimento exala
—Sem desprender um ai, sem soltar um
gemido
Ergue-se, resguardando o filho
estremecido!...

Sublime de valor, divina de heroísmo,
Foi um raio de luz nas trevas de um
abismo.

MUCIO TEIXEIRA
Rio, 2 de fevereiro de 1908

A D. Amélia

Mãe dolorosa! Esposa meiga e
pura!
Maldito o Crime ignóbil e
perverso
Que o vosso coração traz hoje
imerso
No pranto de tão grande
desventura!

Senhora! A musa trémula
procura
Vencer a dor que lhe embaraça
o verso.
Não há maior tortura no
universo
Que a vossa cruel e trágica
tortura.

Mortos nos braços ver o filho e
o esposo
Que transe pode haver mais
doloroso
Que esse que atinge as raias do
delírio?

Todas as dores vossa dor
suplanta...
Para que fôsseis totalmente
santa
Só vos faltava a palma do
martírio.

GYRANO & C.
(Emílio de Menezes)

Breve nota final

O duplo regicídio de Lisboa ocupa durante vários dias as primeiras páginas dos jornais rio-grandinos. Em frente das redações, param muitas pessoas para receberem as últimas informações vindas de Lisboa. Contrariamente a Portugal, há muitas manifestações de pesar, devidas, em parte, à forte presença da colónia portuguesa no Sul do país.

Todos os periódicos condenam sem reservas o trágico desfecho da crise política e nenhum articulista justifica a violência política. Num país republicano, encontram-se numerosos artigos muito elogiosos para com o rei defunto. Todos lamentam a sua morte e a de Luís Filipe e admiram a coragem da rainha.

Além dos regicidas e dos anarquistas, o único que recebe algumas críticas é João Franco cujas medidas liberticidas são consideradas, pelo menos por dois jornais, como estando na origem do trágico evento. Todos pensam que este duplo crime afastará por muitos anos a possibilidade de instaurar uma república em Portugal. Se tal não tivesse ocorrido, a Monarquia, obrigada a recorrer a métodos violentos e anticonstitucionais por causa das suas próprias fraquezas, teria acabado por ser vencida, sem combate.

À procura de culpados, quase todos recusam a ideia de serem de nacionalidade portuguesa e, na defesa do ideal republicano, afastam também a hipótese dos autores pertencerem ao Partido Republicano Português. Se os anarquistas aparecem como os primeiros e principais acusados pelos analistas rio-grandinos, *O Intransigente* fala também da responsabilidade dos partidos monárquicos, adversários de João Franco. Hoje, mais do que um século depois do atentado da Praça do Comércio, não há ainda uma resposta clara e unívoca a esta pergunta.

Breve nota bibliográfica:

- FERNANDES, Paulo Jorge. «A vida política», in TEIXEIRA, Nuno Severiano [Coord.]. *A crise do Liberalismo*. Lisboa: Fundação MAPFRE, 2014, p. 46. (3º volume da *História Contemporânea de Portugal* dirigida por António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro).
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal. Da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991.
- MEDINA, João. *A Monarquia Constitucional*. Alfragide : Ed. Ediclube, 1993.
- MONICO, Reto. «O Régicídio na imprensa suíça», in MESQUITA, Mário[org.] *Territórios do Jornalismo, Caleidoscópio*, nº 5/6 (2004/2005), p. 253-263.
- MONICO, Reto. *Suisse-Portugal: regards croisés (1890-1930)*. Genebra : Société d'Histoire et d'Archéologie de Genève, 2005.
- NETO, Rui Manuel da Costa. «O Regicídio de 1908», in *História*, 11/1996, p. 11-15.
- PROENÇA, Maria Cândida. *D. Manuel II*. Lisboa :Círculo de Leitores, 2006.
- RAMALHO, Margarida Magalhães. *Rei D. Carlos – Fotobiografias Século XX*. Lisboa :Círculo de Leitores, 2001.
- RAMOS, Rui. «Prefácio. Os reis não morrem sozinhos», in VIEIRA, & MONICO, 2007, p. 5-13.
- RAMOS, Rui. *A Segunda Fundação*, Lisboa, Presença, 1995.
- RAMOS, Rui. *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*. Lisboa : ICSS, 2001.
- RAMOS, Rui. *D. Carlos*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.
- ROSAS, Fernando. «A queda da Monarquia», in ROSAS, Fernando & ROLLO, Fernanda [coord.]. *História da Primeira República portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2011, p. 23.
- SAMARA, Maria Alice & TAVARES, Rui. *O Regicídio*. Lisboa: Tinta da China, 2008.
- VIEIRA, Joaquim & MONICO, Reto. *Mataram o Rei! O regicídio na imprensa internacional*. Lisboa, Pedra da Lua, 2007.
- VICENTE, Ana & VICENTE, António Pedro. *O Príncipe real Luis Filipe de Bragança, 1887-1908*. Lisboa : INAPA, 1998.

Recebido: 14/03/2016

Aprovado: 30/05/2016

EDITORA E GRÁFICA DA FURG
CAMPUS CARREIROS
CEP 96203 900
editora@furg.br